

A ciência dos terreiros

Com cerca de 40 livros publicados, professor emérito da FFLCH-USP ajudou a consolidar o campo da sociologia da religião no Brasil

CHRISTINA QUEIROZ__retrato LÉO RAMOS CHAVES

Na segunda metade dos anos 1980, o sociólogo Reginaldo Prandi voltou dos Estados Unidos convencido de que tinha reunido material necessário para escrever sua tese de livre-docência sobre opinião pública e pesquisas eleitorais. Durante meses, percorreu universidades daquele país, assistindo a cursos, reunindo livros, artigos e cópias xerográficas a respeito da questão. Tudo foi cuidadosamente guardado nas malas que o acompanhavam no voo de retorno ao Brasil. Mas, ao chegar, descobriu que a bagagem havia sido extraviada. O episódio acabou por mudar o rumo de sua carreira. De volta a São Paulo, decidiu abandonar o tema da opinião pública e retomar um assunto que já o intrigava desde suas pesquisas no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap): a sociologia da religião. Desde então, sua produção científica passou a se concentrar no estudo das religiões afro-brasileiras, da circulação de mitos e das transformações do universo religioso.

Prandi é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Graduiu-se na área pelo Centro Universitário Fundação Santo André e seguiu sua formação na USP, onde obteve os títulos de especialista em demografia e mestre e doutor em sociologia. Ele foi um dos fundadores em 1983 do Instituto Datafolha, onde ajudou a implementar conceitos estatísticos como margem de erro e intervalo de confiança em pesquisas de opinião.

Publicou cerca de 40 livros, incluindo obras como *Os candomblés de São Paulo* (Hucitec/ Edusp, 1991) e *Mitologia dos orixás* (Companhia das Letras, 2000). Em dezembro de 2025, Prandi doou sua biblioteca particular sobre religiões afro-brasileiras e estudos africanos, composta por cerca de 2 mil títulos, ao Museu Paulista da USP. Nessa mesma época, recebeu *Pesquisa FAPESP* para a entrevista que vem a seguir.

ESPECIALIDADE

Sociologia da religião

INSTITUIÇÃO

Universidade de São Paulo

FORMAÇÃO

Graduação em sociologia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1970), mestrado (1974) e doutorado (1977) em sociologia pela USP



Como foi a sua entrada no campo de estudos sobre as religiões afro-brasileiras?

Entrei como docente na USP em 1976, enquanto fazia doutorado. Na segunda metade dos anos 1980, viajei aos Estados Unidos para me preparar para a tese de livre-docência, que seria sobre formação da opinião pública e pesquisas eleitorais. Passei um período na Universidade do Sul do Oregon, participando de um projeto que também envolvia pesquisadores das universidades de Berkeley e Columbia. Naquela época, não existia armazenamento digital como hoje. Tudo precisava ser guardado em papel. Voltei da viagem com uma quantidade enorme de livros, cópias em xerox e documentos acumulados nas malas. Eu voava de Los Angeles para São Paulo, com uma conexão em Miami. Mas houve uma tempestade e o avião não pôde pousar imediatamente. Ficamos circulando durante muito tempo e, com isso, perdi a conexão. Consegui embarcar em outro voo para o Brasil, mas minhas malas, que continham todo o material de pesquisa que eu havia reunido durante a viagem, foram extraviadas. Fiquei desesperado. Depois de muito esperar as malas, que não chegavam, resolvi abandonar o tema da opinião pública e retomar um assunto que já vinha me interessando havia algum tempo: o estudo da religião, mais especificamente do candomblé.

As malas nunca apareceram?

Após seis meses, a companhia aérea entrou em contato comigo dizendo que elas tinham sido encontradas em um depósito no aeroporto de Narita, no Japão. Até hoje não sei explicar como elas foram parar lá. Quando finalmente chegaram ao Brasil, minha vida acadêmica já tinha tomado outro rumo. Eu já estava com um novo projeto, financiado pela FAPESP, dedicado ao estudo do candomblé em São Paulo. Resolvi não voltar atrás. Doei todo o material que havia recuperado e segui adiante com a nova pesquisa. Foi assim que acabei entrando definitivamente no campo das religiões afro-brasileiras, uma área da qual nunca mais saí.

Foi nessa época que você conheceu a Mãe Menininha do Gantois [1894-1986], em Salvador?

Sim. Eu estava na Universidade Federal da Bahia [UFBA] dando um curso de estatística aplicado à área educacional. O curso era ministrado na faculdade de arquitetura. Um dia, durante a aula, olhei pela janela e vi passar uma grande procissão. Eram mulheres vestidas de branco, com saias rodadas e panos na cabeça, carregando potes. Perguntei aos alunos o que era aquilo. Eles disseram: 'É a festa das Águas de Oxalá'. Eu conhecia a cerimônia porque já havia estudado religiões afro-brasileiras, mas nunca tinha presenciado algo parecido nas ruas. Então perguntei de qual terreiro se tratava. Eles responderam que era o terreiro de Mãe Menininha do Gantois, chamado Ilê Axé Iyá Omin Iyamassê, ou Terreiro do Gantois, um dos mais tradicionais do país. Os alunos ficaram surpresos quando perceberam que eu nunca tinha visitado o terreiro e marcamos um dia para conhecê-lo.

Como foi a recepção?

Quando cheguei, fui recebido e levado ao quarto em que a ialorixá recebia todos que a procuravam. Mãe Menininha se mostrou uma pessoa extremamente

gentil, de uma delicadeza impressionante. Conversamos bastante. Em determinado momento, pediu licença e retirou uma toalha que cobria uma pequena mesa redonda ao lado da cama. Debaixo da toalha estavam os búzios, usados no jogo divinatório do candomblé. Ela começou a manipulá-los e a observá-los enquanto conversava comigo. Em seguida disse algo que eu nunca esqueci: que eu teria um papel importante no estudo do candomblé, que os orixás abririam muitas portas para mim e eu teria acesso a muitos terreiros. Disse também que eu poderia estudar profundamente os orixás porque sempre encontraria acolhimento nesse caminho. É o que vem acontecendo até hoje.

Qual foi sua primeira pesquisa de fôlego sobre o tema?

No final dos anos 1980, pesquisadores da USP haviam levantado material muito interessante sobre terreiros de religiões afro-brasileiras. Na época, os terreiros precisavam registrar seus estatutos em cartório de registro civil. Esses documentos eram públicos e continham uma série de informações como os nomes dos dirigentes, as entidades cultuadas, a descrição da casa religiosa e dados sobre a organização da comunidade. Havia uma equipe de estudantes, muitos deles de iniciação científica, que passou meses consultando cerca de 50 cartórios de registro civil em São Paulo. Eles levantaram todo esse material e organizaram os dados. Como eu tinha familiaridade com informática, algo ainda raro naquele momento, acabei ajudando a transformar essas informações em um banco de dados e depois a processar esses dados.

E o que você descobriu quando começou a tabular os dados?

Percebi algo que me chamou muito a atenção. Entre os terreiros registrados como umbanda, apareciam cerca de dezenas de casas que, certamente, funcionavam como terreiros de candomblé. Ao examinar os estatutos, ficava claro que as entidades cultuadas, os rituais descritos e a organização religiosa correspondiam mais ao candomblé do que à umbanda. Ou seja, havia um número significativo de casas de candomblé que apareciam oficialmente registradas sob outra classificação. Levei essa observação

“
O candomblé se expandiu para grandes cidades acompanhando fluxos de migração interna no Brasil

para o sociólogo e demógrafo Cândido Procópio Ferreira de Camargo [1922-1987], com quem trabalhava no Cebrap, e que foi meu grande mestre. Quando mostrei os resultados, ele disse: “Está aí a sua tese de livre-docência. Você já tem o problema de pesquisa nas mãos e agora precisa ir a campo”. Argumentei que seria um trabalho enorme. E ele respondeu: “Então peça financiamento para a FAPESP”. Preparei um projeto e consegui apoio da Fundação.

Como foi a pesquisa de campo?

Comecei a visitar os terreiros identificados nos registros. Muitos já não existiam mais, tinham fechado ou mudado de endereço. Mas os próprios dirigentes religiosos indicavam outras casas, porque os terreiros formam redes de relações densas. No candomblé fala-se muito em famílias de santo. Um terreiro geralmente está ligado a muitos outros por vínculos de iniciação, parentesco ritual, amizade ou tradição litúrgica. Essas conexões permitem reconstruir redes inteiras de sociabilidade religiosa. Foi a partir desse trabalho de campo que escrevi minha tese de livre-docência [1989], posteriormente publicada no livro *Os candomblés de São Paulo*. Essa pesquisa também me levou a questionar uma ideia difundida na época: a de que os terreiros de candomblé só existiam em regiões que tiveram forte presença de escravidão. Os dados mostravam algo diferente.

O que eles mostraram?

Vamos pegar o caso de Brasília, cidade que não participou do sistema escravocrata, porque foi construída no século XX. Mesmo assim, ela tem hoje numerosos terreiros de umbanda e candomblé. Isso ocorre porque as religiões também se deslocam com as pessoas. O Brasil tem um histórico intenso de migração interna, especialmente de populações vindas do Nordeste. Quando as pessoas se mudam, levam consigo seu repertório cultural. Nesse baú estão incluídas práticas religiosas, crenças e rituais. Assim, com os migrantes também chegam os orixás, os cultos e as tradições do candomblé.

Como surgiu a ideia de escrever *Mitologia dos orixás*, que virou um best-seller e completou 40 edições no ano passado?



Ao analisar registros de cartório, descobri que terreiros de candomblé eram oficialmente classificados como de umbanda

No começo dos anos 1990, eu estava no café da FFLCH com a antropóloga Lilia Schwarcz, que tinha uma atuação forte na editora Companhia das Letras. Conversávamos sobre uma experiência comum de quem faz pesquisa: a quantidade enorme de material que reunimos e, muitas vezes, acabamos não aproveitando integralmente. Ela me perguntou se, nas minhas pesquisas sobre candomblé, eu ouvia falar de muitos mitos. Eu respondi que sim, o tempo todo. Ela me propôs fazer um livro só de mitos dos orixás, e a ideia me pareceu excelente. Quando cheguei em casa, comecei a abrir gavetas, separar papéis, rever anotações e logo percebi que o material era vasto, mas incompleto. Eu tinha muita coisa, mas sabia que haveria ainda muito a recolher.

O que fez?

Foi preciso organizar o acervo, contratar ajuda e viajar para lugares onde existiam versões e narrativas que eu ainda não havia registrado. Mas o trabalho não consistia apenas em reunir e compilar mitos. Era também preciso escrevê-los. Cada narrativa chegava até mim

de um jeito: contada por pessoas diferentes, registrada em contextos diversos, com estilos variados. Eu precisava dar unidade àquilo sem apagar a singularidade de cada história. Então criei uma forma de escrita inspirada no estilo narrativo dos babalôs africanos. Por isso, o texto tem certas repetições, uma cadência própria, uma oralidade ritmada. A ideia era de que o livro soasse como se tivesse sido narrado por uma única voz, sem trair a estrutura das histórias originais. O sucesso do livro foi imediato. A primeira edição praticamente se esgotou no lançamento. Na festa de lançamento, a própria editora já telefonou para a gráfica pedindo nova impressão, porque as livrarias haviam encomendado todos os exemplares. Para mim, foi um resultado muito surpreendente e gratificante.

Você incluiu novos capítulos na reedição dessa obra?

Não. Pretendíamos fazer alterações para uma edição comemorativa dos 25 anos de publicação, mas, em vez disso, escrevi outro livro, *Orixás: Os deuses que habitam em nós*. [Companhia das Letras, 2025]. Esse novo livro é, de certa forma, uma leitura sentimental de *Mitologia dos orixás*. Trata-se de uma revisitação da obra a partir de uma perspectiva mais subjetiva. A ideia surgiu para comemorar os 25 anos da publicação original. Ao longo do tempo, percebi que o livro ganhou vida própria, sendo adotado por leitores diferentes, incluindo pesquisadores, praticantes das religiões afro-brasileiras e o público interessado em mitologia e cultura brasileira. Essa nova publicação nasce, portanto, como uma forma de olhar para essa trajetória com mais distanciamento e também com certo afeto.

Você fala iorubá?

Não falo iorubá de maneira fluente. Também não diria que compreendo plenamente a língua falada, porque o iorubá é tonal, e nós não temos o ouvido treinado para distinguir com facilidade essas variações. A mesma vogal pode ser pronunciada em alturas diferentes e mudar completamente o sentido da palavra. Mas aprendi a ler, a trabalhar com a língua escrita, e ao longo de muitos anos fui reunindo dicionários, gramáticas, gravações e materiais de apoio.

As religiões afro-brasileiras têm passado por transformações?

Sim, especialmente durante a pandemia de Covid-19. O candomblé sempre foi uma religião profundamente presencial. Não existiam programas de rádio, transmissões ou grandes estruturas midiáticas como em outras religiões. Os rituais dependem do encontro físico, da dança, do canto coletivo e da circulação pelo espaço ritual. Durante a pandemia, tudo isso se tornou impossível. Como reunir dezenas de pessoas em uma sala para cantar, dançar e celebrar? Era algo incompatível com as regras de distanciamento. Foi então que as lideranças religiosas começaram a utilizar recursos digitais. Muitas mães de santo passaram a fazer transmissões ao vivo, a abrir canais em redes sociais e a realizar encontros virtuais. Outras religiões já utilizavam esses meios havia muito tempo. A Igreja Católica, por exemplo, mantém emissoras de rádio há décadas, como a tradicional Rádio Aparecida e a Rádio Nove de Julho, da Arquidiocese de São Paulo, que ficou fora do ar por mais de 20 anos por conta da ditadura militar, que cancelou sua concessão. Igrejas pentecostais também construíram grandes redes de comunicação, com rádios, canais de televisão ou espaços alugados na programação televisiva. O candomblé, que historicamente sempre esteve mais restrito ao espaço do terreiro, passou a explorar essas novas formas de comunicação. Por isso, em 2021, decidi fazer uma nova edição de *Os candomblés de São Paulo*, incorporando análises sobre essas transformações recentes e os impactos provocados pela pandemia.

Quantos terreiros existem hoje em São Paulo?

É muito difícil saber com exatidão. Do ponto de vista legal, esse número é praticamente impossível de determinar, porque não há mais a obrigatoriedade de registrar essas casas em cartório, como acontecia no passado. Mas arriscaria dizer que deve existir algo em torno de mil casas de candomblé e mil de umbanda espalhadas pela capital e Região Metropolitana.

No começo de sua vida acadêmica, como você foi da veterinária às ciências sociais?

Cursei simultaneamente veterinária e ciências sociais. Era uma rotina corrida: eu ficava indo de um curso para o outro, dividindo meu tempo entre as duas formações e também trabalhando. Em determinado momento, percebi que seria difícil concluir os dois cursos ao mesmo tempo. Então tomei uma decisão prática. Resolvi trancar o último ano de veterinária, que era um curso de seis anos, e terminar primeiro o de ciências sociais, que durava quatro anos. Mas a vida acabou tomando outro rumo. Um dos professores de graduação me convidou, quando me formei, para trabalhar como seu assistente na PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Ao mesmo tempo, ingressei no mestrado em sociologia na USP. A partir daí ficou claro que não havia mais como manter a ideia de concluir veterinária, pois minha carreira estava completamente direcionada para as ciências sociais.

Nos anos 1970, a religião ainda era um campo pouco explorado nas ciências sociais brasileiras.

Sim, sobretudo as de origem africana, e um dos primeiros estudos de fôlego

foi desenvolvido no país por Candido Procópio Ferreira de Camargo. Quando ele estava no Cebrap, criou um grupo de pesquisa dedicado à sociologia da religião, do qual eu também fazia parte. A proposta era desenvolver um projeto amplo que buscasse responder: qual é o papel da religião na vida social brasileira? Ou, mais especificamente, em que medida a religião pode ajudar, piorar ou simplesmente não interferir na vida do país, das famílias e dos indivíduos? A primeira etapa desse trabalho foi fazer um levantamento sistemático de tudo o que havia sido produzido sobre religião no Brasil. Como você disse, naquele momento, o campo ainda era pouco estudado. O país era majoritariamente católico, ou seja, cerca de 98% da população se declarava católica, e as outras tradições religiosas apareciam como grupos relativamente pequenos. O projeto começou em 1970 e resultou, em 1973, na publicação de um livro que se tornou referência para os estudos sobre o tema: *Católicos, protestantes, espíritas* [Vozes]. Desse projeto inicial de sociologia da religião surgiram vários livros. Minha dissertação de mestrado nasceu desse grande levantamento que fizemos sobre as religiões no Brasil. Nosso objetivo não era apenas examinar o que já havia sido escrito sobre religião, mas também entender o que a religião produzia para orientar o comportamento dos fiéis. Ou seja, como as instituições religiosas influenciavam valores, práticas e visões de mundo.

Por que você não seguiu com o tema da religião no doutorado?

Naquela época, era comum que os pesquisadores trabalhassem simultaneamente em vários temas. Nossa formação era ampla e diversificada. Minha tese de doutorado nasceu de outra grande pesquisa da qual participei no Cebrap. Era o projeto sobre emprego, desemprego e marginalidade social na América Latina, coordenado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso e pelo economista Paul Singer [1932-2018]. Esse trabalho resultou em um estudo mais amplo sobre estrutura social e mercado de trabalho.

Você também esteve envolvido com os primórdios da informática no Brasil.



Durante a pandemia, religiões afro-brasileiras começaram a usar recursos digitais para se comunicar com seus seguidores

Durante minha formação no Cebrap, especialmente quando estudávamos temas ligados à indústria, ao trabalho e à classe operária, era comum aprender também matemática e programação de computador. Isso porque muitas pesquisas envolviam análise de dados e estudos estatísticos. Hoje parece algo corriqueiro, mas naquele momento estávamos lidando com tecnologias ainda muito novas. Eu tenho até um diploma curioso que reconhece minha participação entre os pioneiros da informática no Brasil. Nesse período, eu participei de uma equipe responsável por realizar o primeiro cadastramento informatizado de domicílios de uma cidade brasileira no começo dos anos 1970. O município foi São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo. O objetivo era criar um cadastro urbano que permitisse lançar e processar eletronicamente impostos e serviços públicos, como IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano], contas de água e de luz. Até então, esse tipo de registro era feito manualmente, em fichas de papel. Nossa equipe participou da construção desse sistema: realizamos o levantamento dos domicílios, estruturamos o banco de dados e desenvolvemos os programas que permitiam inserir e processar as informações em computadores de grande porte.

Poderia falar sobre suas origens familiares?

Venho de dois mundos distintos. De um lado, a família da minha mãe, Luíza, ligada ao comércio; de outro, a família do meu pai, Moacir, ligada ao artesanato, à leitura e a uma vida intelectual um pouco mais acentuada. Eu nasci em 1946, logo depois da Segunda Guerra Mundial. Meus pais tinham adiado o casamento por causa das dificuldades materiais do período. Havia escassez de produtos básicos, inclusive alimentos, por causa do envolvimento do Brasil no conflito, que sofria com o afundamento de navios. Para fazer uma festa de casamento, faltavam ingredientes essenciais, como açúcar e farinha. A situação só se resolveu quando o padrinho de casamento de minha mãe, que havia sido nomeado prefeito, presenteou o casal com um saco de açúcar e um de farinha, o que permitiu organizar a festa. Eles se casaram em julho de 1945. Meu nascimento foi muito difícil. Minha mãe ficou dias em



Reuni narrativas ouvidas em terreiros e criei um estilo inspirado nos babalaôs para escrever *Mitologia dos orixás*

trabalho de parto e foi levada para Rio Preto. Eu nasci de cesariana, algo raríssimo na época. Nasci praticamente sem sinais vitais, roxo, com poucas chances de sobreviver. Minha avó paterna, muito religiosa, me batizou ainda ali, nas mãos do médico, por medo de que eu morresse pagão, isso é, sem batismo. Depois fui batizado novamente por um padre.

É filho único?

Como a gravidez havia sido considerada de altíssimo risco, o médico fez também uma laqueadura de trompas na minha mãe. Todos pensaram que eu seria filho único. Mas, muitos anos depois, quando eu já estava no colegial, minha mãe foi surpreendida com uma gravidez. Meu irmão, Francisco, nasceu quando eu estava saindo de casa para vir estudar em São Paulo, em 1964. Foi como se, no instante em que eu deixava o lar, ele chegasse para ocupar meu lugar e preencher esse espaço na vida dos meus pais. Eu fiz toda a minha formação básica no interior de São Paulo, mas havia chegado o momento de bater as asas. Acontecia com todos os garotos interioranos daquele tempo que quisessem continuar os estudos.

Você já foi questionado pelo fato de ser um homem branco que estuda religiões afro-brasileiras?

Em geral, sou visto como um parceiro, como alguém que construiu uma relação respeitosa com esse universo. Mas às vezes essa questão surge. Uma vez estava em Salvador, numa conferência em que falava sobre Exu, divindade do candomblé e da umbanda, quando uma jovem na plateia perguntou como alguém tão branco podia falar de coisas dos negros. Eu havia participado de um exame de DNA feito com algumas figuras públicas, entre elas Gilberto Gil e Nei Lopes. O resultado me surpreendeu: além da ancestralidade europeia, havia cerca de 15% de DNA africano e uma parte indígena no meu sangue. Aquilo despertou uma curiosidade enorme e comecei a investigar a história da minha família.

O que mais descobriu com seu exame de DNA?

Procurei e procurei e acabei chegando a uma personagem praticamente apagada da memória familiar: uma mulher chamada Luíza. Meu bisavô, imigrante do norte da Itália, casou-se no Brasil com essa brasileira de pele escura, provavelmente negra ou mestiça. Tiveram muitos filhos, mas ela adoeceu cedo e morreu. O curioso é que não ficou quase nenhum vestígio dela. Não há fotografia, não há descrição precisa, nada. Ao mesmo tempo, o nome permaneceu. Minha mãe se chamava Luíza, várias mulheres da família também. É como se ela tivesse sido apagada da história, mas continuasse viva no nome que atravessou gerações. Descobrir essa história mudou um pouco a maneira como vejo minha trajetória. Não se trata de resolver questões de identidade por meio da biologia nem de reivindicar pertencimentos de forma simplista. Mas aquela bisavó esquecida mostra algo importante sobre o Brasil: muitas famílias esconderam ou silenciaram partes de sua própria história. E, às vezes, o passado reaparece de formas inesperadas, num exame de DNA, num nome repetido, numa história quase perdida. E, de certa maneira, isso também ajudaria a explicar, se é que isso é possível, por que passei a vida tentando entender as muitas camadas da cultura brasileira. ●